Controvérsia
issn 1808-5253

Aspectos naturais e sociais dos sentimentos morais na filosofia de Hume

Natural and social aspects of moral sentiments in Hume's philosophy

Matheus de Mesquita Silveira
Universidade de Caxias do Sul
mmsilveira5@ucs.br
http://lattes.cnpq.br/1820919378157618

Resumo
O presente artigo tem como objetivo central apresentar os elementos naturais e sociais presentes na investigação de David Hume acerca do fundamento das distinções morais. O argumento analisa a relação entre a obra do filósofo escocês com a de Ernst Tugendhat, mais precisamente na análise acerca de como os sentimentos desempenham um papel central em ações de aprovação e censura morais em pequenos grupos. A busca por uma qualidade que conceda a estas inclinações afetivas a intersubjetividade necessária para regular o comportamento social terá como foco a investigação do conceito de *simpatia* apresentado por Hume. Será realizado um estudo conceitual sobre a influência desta qualidade natural no apreço dos seres humanos com relação às virtudes naturais e artificiais, em particular a benevolência e a justiça. O objetivo é o de identificar em que medida sentimento, influenciados por sensações de prazer e dor, estão na base do modo como indivíduos valoram ordinariamente comportamentos e caráteres. A parte final do artigo é direcionada a relação entre o pensamento humeano e análises contemporâneas sobre a influência dos afetos no comportamento moral, a fim de realçar o naturalismo presente no pensamento humeano.

Palavras-chave
Hume; Sentimentalismo; Simpatia.

Abstract
This article central objective is to present the natural and social elements present in David Hume's investigation of the fundament of moral distinctions. The argument analyses the relation between the work of the Scottish philosopher with Ernst Tugendhat's work, specifically the analysis about how sentiments play a central role in the moral approval and censorship of actions in small groups. The search for a quality that grants these affective inclinations the intersubjectivity necessary to regulate social behavior will focus on the investigation of the concept of sympathy, as presented by Hume. It will be done a conceptual study of this natural quality in relation to the human beings appreciation of natural and artificial virtues, especially benevolence and justice. The objective is to identify to what extent sentiments, influenced by sensations of pleasure and pain, are at the basis of how individuals ordinarily give value to behaviors and characters. The final part of the article is directed towards the relation between Hume's philosophy and contemporary analysis of the influence of emotions in moral behavior, in order to highlight the naturalism present in humean thought.

Keywords
Hume; Sentimentalism; Sympathy.

Ao pensar o fenômeno moral como algo natural, é bastante plausível buscar em princípios comportamentais encontrados nas espécies sociais o seu fundamento. Conforme Tugendhat (1997, p. 92), "[...] se não nos compreendemos como membros da comunidade moral

(de qualquer que seja), desaparece a possibilidade da aprovação e da crítica, e com isto, também, dos sentimentos morais". Embora, conforme apresenta Hume[1] (2004), seja possível distinguir entre o certo e o errado por meio de deliberações racionais, esse tipo de distinção não possui força motivadora. Por esse motivo, as deliberações e justificações advindas da razão não constituem uma característica essencial à capacidade de pertencer ou não a uma comunidade moral. Em verdade, não existe no ambiente natural a opção de pertencer ou não a um grupo, visto que já se nasce no seio de um cujas relações são pautadas por afetos.

O que caracteriza uma relação como moral é exatamente o fato dela estar baseada em afetos, posto que desse modo os membros do grupo não são indiferentes uns aos outros e essa relação manterá sua força, assim como a obrigação e vigência de sua norma, enquanto um dos lados mantiver sua exigência. No caso dos seres humanos, muitas vezes, ocorre de justificações serem exigidas por membros do grupo para que se realize determinada ação. Conforme Tugendhat (2001), essa justificação nunca ganha maior força do que os afetos envolvidos na relação entre seus membros, a saber, o fato de que quem está pedindo o favor é alguém por quem se tem estima, e uma justificativa obtusa pode ser relevada diante do medo da perda da amizade.

Defenderei neste artigo que o ponto chave para entender como isso é possível está em encontrar uma característica natural que permita um intercâmbio de sentimentos, fazendo com que as vontades e anseios de um ser interfiram em outro e vice-versa. Desse modo, o sentimento deixará de ser algo individual e meramente subjetivo para ganhar um lugar comum em todos os membros do grupo, dando a esses afetos a intersubjetividade necessária para regular o comportamento. O caminho para essa resposta tem início na filosofia de Hume, mais precisamente em sua análise da simpatia, a qual pretendo retomar e compreender sob a luz do evolucionismo.

1. Simpatia como uma qualidade natural

O ser humano não é indiferente com relação ao que está a sua volta, importando-se constantemente com as opiniões alheias. Nesse sentido, preocupações com a reputação e o caráter passam a ter grande importância no seu comportamento. É interessante notar como certas conquistas pessoais, quando não são amparadas por sentimentos alheios, parecem perder muito de sua força. Por exemplo, tanto crianças quanto adultos tem seu comportamento afetado pelo modo com que aqueles que estão a sua volta se sentem com relação a sua pessoa e suas conquistas. Segundo Hume (2004), é a simpatia que opera de modo que não só os próprios sentimentos, mas também os dos que lhe são queridos, influenciem e regulem o comportamento dos seres humanos.

> Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas consequências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos (Hume, 2001, p. 351).

É na simpatia que se encontra a conformidade observável no comportamento humano, posto que este é um comportamento encontrado em todas as culturas. Segundo Quinton (1999, p. 42) "a origem da moralidade nas paixões é a simpatia, a inclinação natural de agradarmo-nos com a felicidade dos outros e sentirmos desconforto com seu sofrimento". Uma expressão alegre no rosto de uma pessoa mostra seu bem-estar e desperta um sentimento de satisfação em todos os que se interessam legitimamente por ela, do mesmo modo que uma expressão de

[1] O leitor que desejar uma argumentação mais aprofundada desta questão poderá encontrar em Silveira e Brito (2013), onde defendo a posição de que juízos morais possuem um fundamento emocional e são intrinsecamente motivacionais.

tristeza inspira desalento e preocupação. Os sentimentos morais são vivenciados devido a essa comunicação de sentimentos propiciada pela simpatia e não por uma inclinação individualista dos indivíduos.

Conforme Hume, a simpatia não sendo ela mesma uma paixão, consiste na capacidade básica para que seja possível ter certos sentimentos morais. Smith (2005, p. 169 – minha tradução) afirma que "um lugar ainda há de ser concedido para 'a qualidade da natureza humana', do qual nada é mais importante, viz. simpatia. Não sendo [...] ela mesma uma paixão, não pode ser colocada sob quaisquer das posições na classificação das paixões[2]". A princípio, têm-se o conhecimento do sentimento de outros seres mediante seus efeitos ou por sua expressão corporal. Por associação, estes sinais levam outro ser a conceber a ideia de certas paixões que lhe são familiares, posto que já estão presentes nele de forma latente. Nessa comunicação de sensações, ambos vivenciam o mesmo sentimento, diferindo quanto ao grau de força ou vivacidade, sendo que a simpatia é a qualidade natural que permite essa comunicação de sentimentos, regulando sua vivacidade e força.

> O funcionamento desse importante processo de conversão, Hume coloca numa "qualidade na natureza humana", aparentemente bastante trivial em si mesma (sendo esta a principal razão pela qual sua importância não tenha sido, até então, reconhecida), mas a qual nenhuma outra, ele declara, é mais importante em suas consequências – a saber, a capacidade pela qual uma impressão tem de transmitir a intensidade própria a ela, *quâ* impressão, em qualquer ideia que possa estar associada com ela[3] (Smith, 2005, p. 171 – minha tradução).

A primeira forma pela qual um ser humano reconhece o sentimento de outro é mediante as expressões físicas e outros signos externos. Ao reconhecer expressões que indicam certo sentimento em alguém querido, por meio da qualidade natural da simpatia, passa-se a ter, em si, o sentimento presente em outro ser, sendo esse sentimento equivalente a qualquer afeto original.

Darwin (2000) demonstra que tanto humanos quanto outros animais expressam e reconhecem afetos de maneira natural e instintiva. De fato, foi comprovado por Tracy e Matsumoto (2008) que há impressionante regularidade no modo como os membros da espécie humana expressam seus sentimentos. Do mesmo modo, todo afeto que uma pessoa reconhece em outra encontra um paralelo nela mesma. Essa comunicação de sentimentos somente é possível porque há uma conformidade com relação ao aparato afetivo da espécie. Afinal, não é plausível pensar que a qualidade natural da simpatia propicie a uma pessoa certo sentimento se esta não está apta a sentir. No entanto, é importante notar que mesmo haja graus de sensibilidade diferentes entre as pessoas, há o interesse pelo bem-estar alheio, manifestado pelo cuidado e interesse mútuo entre os que nutrem entre si amizade. O que ocorre com relação à qualidade natural da simpatia é o mesmo que ocorre com o resto do corpo, ou seja, embora ocorram diferenças com relação à forma ou ao tamanho, sua estrutura e composição são as mesmas.

Hume (2004) considera que a virtude natural da benevolência e a virtude artificial da justiça são as que granjeiam maior estima por parte dos seres humanos. Entender o papel que a

[2] "[…] a place has still to be allowed for 'a quality of human nature' than which none […] is more important, viz. sympathy. Not being […] itself a passion, it cannot be brought under any of the headings in the classification of the passions" (Smith, 2005, p. 169).

[3] "The operation of this important process of conversion Hume traces to a "quality in human nature" seemingly in itself quite trivial (this being a main reason why its importance had not hitherto been recognized) but than which none, he declares, is more important in its consequences – namely, the capacity which an impression has of transfusing the intensity proper to itself, *quâ* impression, into any ideas that may happen to be associated with" (Smith, 2005, p. 171).

qualidade natural da simpatia desempenha para elas sejam elevadas a tão alto grau auxiliará na compreensão de como é o seu funcionamento, além de fornecer uma abordagem mais completa do pensamento de Hume sobre esse princípio.

2. Relações entre a qualidade natural da simpatia e as virtudes naturais e artificiais

A simpatia é uma qualidade natural que não só exerce uma forte influência no comportamento humano, como também constitui um fundamento importante das distinções morais com relação às virtudes naturais. Uma vez que ela exerce uma influência sobre este tipo de virtude, parece plausível a ideia de que a simpatia também está presente na origem de outras virtudes cuja tendência é promover o bem social. A virtude natural da benevolência e a caridade, docilidade, generosidade, dentre outras características semelhantes, que dela decorrem, ocupam um lugar de destaque no que tange as qualidades naturais e, uma vez que tendem a promover o bem social, também devem ser consideradas virtudes sociais.

> Essa suposição se torna necessariamente uma certeza quando descobrimos que a maior parte dessas qualidades que *naturalmente* aprovamos têm de fato essa tendência, e tornam os homens bons membros da sociedade; ao passo que as qualidades que *naturalmente* desaprovamos têm uma tendência contrária, e tornam qualquer relacionamento com a pessoa perigoso ou desagradável (Hume, 2001, p. 617).

Um argumento bastante utilizado nas discussões sobre a fundamentação da moral é o de que, mediante a educação e as convenções culturais, políticos habilidosos utilizam conceitos como os de honra e vergonha para reprimir os instintos dos seres humanos e levá-los a agir em direção ao bem público. Conforme Hume (2004), palavras como condenável ou louvável, elogiável ou odioso, seriam ininteligíveis aos homens, como que se pertencessem a um idioma completamente desconhecido, caso não houvesse um sentimento natural de aprovação ou censura anterior a isso, que faz com que se prefira estas virtudes em detrimento de seu oposto. "[...] as distinções morais surgem, em grande parte, da tendência das qualidades e caracteres para promover os interesses da sociedade, e que é nossa consideração por esse interesse que faz com que as aprovemos ou desaprovemos (Hume, 2001, p. 618).

A consideração que os seres humanos têm pelo bem social se dá mediante a qualidade natural da simpatia. Este atributo leva o ser humano para além de si mesmo, pois faz com que ele não mais tenha interesse apenas por si, mas se importe com o bem-estar daqueles por quem tem amizade, proporcionando acessos de prazer ou dor perante ações que possam ser úteis ou não para o seu grupo, como que se elas lhe proporcionassem benefícios ou prejuízos próprios.

A qualidade natural da simpatia também está na base das distinções morais artificiais. De acordo com Hume (2004), poucas virtudes são tão apreciadas na sociedade quanto a da justiça, assim como a injustiça constitui um dos vícios mais detestados. Note-se que tanto a justiça quanto seu oposto despertam respectivamente sentimentos de aprovação e censura. A justiça tem seu valor moral devido a sua tendência para promover o bem da sociedade, sendo uma invenção artificial destinada a esse propósito. O mesmo pode ser dito do direito e de seus diversos ramos ou mesmo do estudo da etiqueta. Todas estas regras de comportamento têm em comum o objetivo de promover o bem-estar social.

> Ora, como o meio para se obter um fim só pode ser agradável enquanto o fim é agradável; e como o bem da sociedade, quando nosso próprio interesse ou o de nossos amigos não está envolvido, só agrada por simpatia, essa simpatia é a fonte do apreço que temos por todas as virtudes artificiais (Hume, 2001, p. 617).

Ainda que os legisladores possam ter em vista seus próprios interesses, a apreciação humana destas virtudes se estende para muito além do interesse egoísta, chegando até épocas

distantes, que nada influenciam na vida ou nos interesses próprios das pessoas. No caso da justiça, por exemplo, basta que se perceba sua tendência benéfica para a sociedade para que se experimente um sentimento de aprovação para com ela. Uma vez que o meio para um fim somente é agradável se o fim também o é, a justiça, nos casos em que não há nenhum outro interesse pessoal envolvido, somente agrada e tem sua aprovação devido à força que a qualidade natural da simpatia exerce no comportamento humano. No que tange a distinção entre as virtudes naturais e as artificiais, a diferença está em que a primeira tem seu bem derivado de um ato isolado, enquanto que o valor da segunda advém de um sistema geral de ações.

> [...] o bem originado das virtudes naturais normalmente ocorre em todo caso em que ele é exercido, enquanto o bem originado das virtudes artificiais só ocorre como resultado da existência de uma prática geral do seu exercício, e por isso não pode ocorrer em cada caso particular (Schneewind, 2001, p. 401).

Quando se busca reconfortar alguém que passa por alguma adversidade, a motivação deste agir está num sentimento natural de preocupação e caridade. Aqui subjaz uma inclinação natural de interesse pelo outro. A dor e a alegria deste indivíduo afetam aqueles quem têm por ele algum tipo de relação afetiva, que passam a sentir em si o sentimento presente nele. A motivação desta ação está num interesse natural possibilitado pela qualidade natural da simpatia.

Por outro lado, ao se analisar as ações de um tribunal isoladamente, nem sempre as decisões do juiz estarão em harmonia com os seus sentimentos ou mesmo daqueles envolvidos no julgamento. Agora, no momento em que um conjunto de leis, de modo geral, é vantajoso para a sociedade e para os que nela vivem, ele passa a despertar um natural sentimento de aprovação. Aquilo que esses dois tipos de virtudes têm em comum é a influência que a qualidade natural da simpatia exerce na preferência que temos por ambas.

> A moralidade se introduz tanto naturalmente, porque simpatizamos com as vítimas da injustiça – seja mediante nossa afeição por elas, seja, nos casos em que isso não ocorre, mediante nosso posicionar-se imaginariamente em seu lugar –, quanto artificialmente, porque aqueles que nos educam e governam veem como seu trabalho treinar-nos para aplicar epítetos eulogísticos em conformidade com as regras da justiça e epítetos dialogísticos em seu rompimento, dessa forma, suscitando e fortalecendo os sentimentos morais com os quais o uso desses epítetos é associado (Ayer, 2003, p. 122-123).

A qualidade natural da simpatia é mais forte com relação às virtudes naturais do que com relação às artificiais. Afinal, os sentimentos são mais afetados por aquilo que é familiar do que pelo que possui características mais gerais. Desse modo, esses sentimentos são menos incitados quando o objeto para o qual se dirigem é, em certa medida, vago e indeterminado. No caso da justiça, é todo o sistema, e não determinado ato particular, que faz com que essa virtude ganhe o apreço dos homens. Do mesmo modo, nem sempre a pessoa pela qual se tem algum apreço é beneficiada por um ato singular de justiça, mas é mediante a percepção das ações que visam o bem de uma sociedade como um todo que a justiça obtém sua aprovação e valor moral.

Por outro lado, todo ato particular de benevolência para com alguém é considerado como uma ação bondosa. O objeto dessa ação é uma pessoa em particular, e não a sociedade como um todo. Portanto, é mais plausível pensar que as virtudes naturais são as que possuem maior base passional. Do mesmo modo, a aprovação que os seres humanos fazem da justiça é também derivada destas inclinações naturais.

As ações que provocam prazer no ser humano são tomadas como virtuosas, enquanto as que causam dor são tomadas como viciosas. Conforme Hume (2004), esse prazer tem sua

origem num caráter ou ação que é útil a si ou para o grupo e que acaba sendo agradável para a pessoa e para os outros com os quais convive. É importante salientar que mesmo em ações baseadas em dores e prazeres, os interesses individuais são muitas vezes negligenciados em favor de interesses sociais que visam o bem-estar do grupo.

> [...] e embora esses interesses e prazeres nos afetem de maneira mais fraca que os nossos, são mais constantes e universais, e por isso contrabalançam estes últimos até mesmo na prática, além de serem os únicos admitidos na especulação como critérios de virtude e moralidade (Hume, 2001, p. 631).

Hume (2004) defende que o fundamento das distinções morais está ligado às sensações de prazer e dor que os seres humanos estão aptos a sentir. O sentimento moral, por sua vez, está atrelado a estas sensações, que estão intimamente ligadas ao convívio social e ao interesse que se tem em proporcionar bem-estar para aqueles com quem se estabelece laços afetivos. Os sentimentos e, consequentemente, os interesses das pessoas são diferentes entre si. Entretanto, mediante a qualidade natural da simpatia, esses interesses particulares dão lugar a interesses sociais. Nesse sentido, o prazer e a dor são incitados não somente pelo que afeta diretamente uma pessoa, mas também pelo que afeta aqueles que estão a sua volta e lhe são queridos. Em outras palavras, o sentimento converge para um lugar comum, a saber, o grupo com o qual determinado indivíduo convive e mantém laços afetivos.

2.1 Relações entre a qualidade natural da simpatia e as sensações de prazer e dor

A capacidade de se ter acesso a sensações de prazer e dor é de fundamental importância para entender como o sentimento pode ser um regulador de ações. Smith (2005, p. 164 – minha tradução) afirma que "a distinção entre o bem e o mal, tomada em seu âmbito mais amplo é, portanto, 'fundada sobre o prazer e a dor[4]'". No momento em que um sentimento não provoca nenhuma dessas sensações, há indiferença e as ações de outros não despertaram nenhum interesse. Desse modo, prazer e dor fazem com que se tenha preferência por determinada ação em detrimento de outra, por exemplo, alegria à tristeza ou esperança ao medo.

O fundamento das distinções morais parece depender inteiramente de certos sentimentos específicos que provocam determinadas reações de prazer ou dor. De acordo com Hume (2004), esses sentimentos, ao provocar satisfação, fazem com que a causa que os despertou seja tomada como virtuosa. Do mesmo modo, quando determinada ação provoca uma sensação desagradável, a mesma é tomada como viciosa. O prazer despertado por um sentimento moral, no entanto, é sempre advindo de comportamentos que propiciam o bem público.

É admissível pensar que uma ação somente é considerada como viciosa ou virtuosa enquanto signo de alguma qualidade ou caráter que desperte um interesse público. Por sua vez, os praticantes desta ação tornam-se objeto de exigências recíprocas entre si. Para que uma ação desperte um sentimento, por consequência manifeste uma sensação prazerosa ou não, é necessário que haja uma constituição natural apta a receber estes sinais. Caso contrário, estas ações não influenciariam os sentimentos e não seria possível realizar qualquer tipo de juízo com relação a elas. Ora, ações são indicadores de caráter muito melhores que as palavras, sendo que é enquanto indicadores que elas se fazem acompanhadas de algum elogio ou censura. Entender como as ações ou sentimentos de outro ser podem afetar uma pessoa e, ainda, como é possível que se tenha um interesse por ela, será de fundamental importância para entender como a capacidade de comunicação de sentimentos pode regular nossas ações.

[4] "[…] the distinction between the good and the evil, thus taken in their widest scope, is therefore 'founded on pleasure and pain" (Smith, 2005, p. 164).

> Os afetos de outros são primeiramente conhecidos por nós somente por seus efeitos, i.e. pelos seus sinais corporais externos. Esses sinais, mediante associação, remontam *à ideia a paixão* que os acompanhou, em nós mesmos, no passado. Este é o primeiro estágio no processo de comunicação. O segundo estágio consiste na conversão das paixões, assim, idealmente presentes, nas paixões propriamente ditas[5] (Smith, 2005, p. 170 – minha tradução).

O modo como funciona a mente e o aparato afetivo de todos os seres humanos é muito semelhante. Não existe sentimento capaz de motivar uma pessoa que também não possa estar presente em qualquer outra, ainda que em graus diferentes. De acordo com Schneewind (2001, p. 399), "a simpatia é uma capacidade animal que permite que os sentimentos dos outros reverberem dentro de nós". A qualidade natural da simpatia permite que ocorra o que se pode chamar de intercâmbio de sentimentos. Por exemplo, os sentimentos que afligem uma pessoa também afetam outra, e ambas acabam por vivenciar o mesmo estado de espírito, ainda que em graus diferentes.

Segundo Hume (2004), a forma como se estabelece a utilidade ou não de um objeto depende fortemente da simpatia. No momento em que algo tende a produzir prazer em seu possuidor, ele passa a ser visto como agradável. Da mesma forma, um objeto que produza o efeito contrário é tido como desagradável. Desse modo, a comodidade de um lar ou a segurança de um transporte ganham seu valor pela utilidade e prazer que proporcionam aos seus possuidores. Nesse sentido, agrada pela tendência que tem em despertar prazer ou pelo benefício que traz para quem o possui. Um objeto ou ação que desperte prazer em quem o possui, ou que seja ele mesmo uma causa própria de prazer, ganha também o apreço das pessoas que não o possuem, mas que tem algum laço afetivo com o dono desse objeto. Isso ocorre devido à capacidade de ser simpático ao prazer ou dor alheios.

Com relação às distinções entre certo e errado, no momento em que alguém expressa um sentimento, prontamente os indivíduos passam dos seus efeitos para as suas causas. Dito de outra maneira, o sujeito forma uma ideia tão viva desse sentimento que ela prontamente se converge numa impressão do próprio afeto. Segundo Hume (2001, p. 615), "somos sensíveis apenas as suas causas ou efeitos. É desses que inferimos a paixão; consequentemente, são eles que geram nossa simpatia". Por exemplo, A está se sentindo triste e B, ao reconhecer esse sentimento pela expressão emocional de A, tem em si a ideia de tristeza. B reconhece o tal sentimento, mas o vivencia de modo menos vivaz que A. Pela qualidade natural da simpatia, esse sentimento ganha intensidade a ponto da ideia de tristeza observada por B se transformar numa impressão, podendo ganhar a mesma força e vivacidade do que foi sentido por A. Entender como funciona, quais são as bases e que característica propicia esse intercâmbio de sentimentos nos ajudará a entender os aspectos naturais e sociais do sentimento moral dentro do pensamento humeano.

3. Relações entre a qualidade natural da simpatia e os sentimentos morais

Sempre que se recebe um elogio devido a alguma qualidade ou ação, tem-se a experiência de uma sensação prazeroso. Caso o indivíduo se considere digno do elogio, passa a ver a si mesmo sob a perspectiva que seu admirador. Aqui ocorre dois processos distintos; primeiramente tem-se o prazer despertado pela admiração de outra pessoa e, como consequência, vem a autossatisfação por ter sido reconhecido pela ação benéfica que foi realizada.

[5] "The affections of others are at first known to us only by their effects, i.e. by their external bodily signs. These signs through association recall *in idea* the passion which have accompanied them in ourselves in the past. This is the first stage in the process of communication. The second stage consists in the conversion of the passions thus ideally entertained into the actual passions themselves" (Smith, 2005, p. 170).

> [...] nada mais natural que abraçarmos nesse ponto as opiniões dos outros – tanto pela simpatia, que torna todos os seus sentimentos intimamente presentes em nós, como pelo raciocínio, que nos faz considerar seu julgamento como uma espécie de argumento em favor daquilo que afirmam (Hume, 2001, p. 355).

Tanto os sentimentos quanto a razão exercem influência no comportamento humano, em especial, no que tange aos julgamentos feitos acerca do próprio caráter. No entanto, em ambos os casos, esse juízo está sempre acompanhado de uma sensação de prazer ou dor. Conforme Hume (2004), essas sensações constantemente perturbam o entendimento, precipitando o ser humano a todo o tipo de opinião e influenciando o modo como ele julga as ações, sejam as suas próprias ou as de outros.

> Aprovamos e desaprovamos porque não podemos fazer de outro modo. Podemos evitar sentir dor quando o fogo nos queima? Podemos evitar simpatizar com nossos amigos? Esses fenômenos são menos necessários ou menos poderosos em suas consequências por estarem na esfera subjetiva da experiência? (Westermarck *apud* Wall, 2007, p. 236).

Não há como negar a existência de regras artificiais feitas para que se mantenha a ordem social. Mediante as capacidades linguísticas dos seres humanos, esses anseios foram melhor objetivados e se transformaram em normas sociais, opiniões públicas e orientações sobre, por exemplo, como determinada pessoa deverá agir para propiciar o bem-estar da sociedade. Essas normas e opiniões parecem trazer agregadas a si uma noção de artificialidade, posto que seriam criações humanas.

Não é qualquer julgamento sob uma ação que carrega consigo a força necessária para que o juízo alheio funcione como um regulador de comportamento. Embora todo o elogio seja agradável, a satisfação é maior quando advinda daqueles por quem se nutre grande estima. A desaprovação ou censura, quando feita por uma pessoa pela qual se é indiferente, despertará no máximo um leve incômodo, mas não será capaz de fazer com que o alvo desse juízo mude seu comportamento. O que causa os sentimentos de, por exemplo, culpa e vergonha, é exatamente o desprezo das pessoas pelas quais se nutre algum valor.

Para que tenha força moral, o sentimento depende da qualidade natural da simpatia, sendo que ela depende do tipo de relação que há entre as pessoas dentro do grupo do qual fazem parte. Segundo Hume (2001, p. 358), "o prazer que obtemos com o elogio surge de uma comunicação de sentimentos". É interessante perceber que, por exemplo, as relações de contiguidade e consanguinidade, se não tem como objeto a mesma pessoa, contribuem em menor grau para a simpatia. "[...] a simpatia varia em grau, e sua força depende de uma variedade de outras relações que se pode ter em relação a seu objeto; não é simplesmente proporcional ao que se considera ser o valor ou do objeto" (Ayer, 2003, p. 112).

Um sujeito que é constantemente desprezado, mas que vive sozinho entre estrangeiros, não é tão afetado por essa situação quanto outro que é diariamente exposto ao desprezo de seus familiares e amigos. Nesse último caso ocorre um duplo desprezo, o da família, por quem se tem necessariamente laços de consanguinidade e contiguidade, e com os amigos, por quem há apenas o laço de contiguidade. No entanto, caso os indivíduos que são objetos dessas relações não são sejam mesmos, embora ambas as relações exerçam influência, ela não será tão forte quanto, naqueles que são familiares e amigos. Sendo assim, quanto maior for o número de relações existentes entre as pessoas, maior será a influência que o sentimento de uma terá sobre o comportamento de outra.

As considerações apresentadas até o momento mostram que a capacidade de se ter acesso a sensações de prazer e dor é de fundamental importância para uma teoria que coloca o sentimento como fundamento das distinções morais. Mesmo esta sendo uma discussão ainda

aberta, o argumento apresentado visa corroborar a ideia de que as distinções morais possuem como base um sentimento de aprovação ou desaprovação com relação ao que se está sendo julgado.

Conforme anteriormente apresentado, sempre que um comportamento é desaprovado, o sentimento presente nesse juízo varia de acordo com quem está sendo condenado e pelo que o estão condenando. Aquele que realizou a ação, ao perceber que é alvo da desaprovação de seus familiares ou amigos, tende a sentir culpa e vergonha, ou seja, emoções que causam desprazer e fazem com que ele se sinta mal por ter praticado tal ato. Os amigos ou familiares, por sua vez, podem sentir desgosto, raiva ou indignação, dependendo da proximidade com o autor e do tipo de ação feita.

A intensidade do sentimento de desaprovação está associada à relação afetiva que há entre o autor da ação e aqueles que a desaprovam, bem como do tipo de ação que foi realizada. Ela está intimamente ligado a esses fatores. Considere-se o sentimento de indignação. No momento em que uma pessoa é gravemente ferida por alguém, um ente querido pode vivenciar sentimentos de raiva e fúria, que o impelem a reagir ao presenciar tal ato. Caso essa mesma pessoa não tenha sofrido, como causa de uma ação de outro indivíduo, nenhum ferimento grave, seus companheiros tendem a vivenciar um sentimento de desaprovação mais brando.

O importante aqui não é fazer um catálogo dos diferentes sentimentos e da intensidade com que se apresentam ao motivarem um juízo moral. Meu ponto é que sempre que se julga algo como certo ou errado, algum sentimento está presente na base desse juízo, sendo a aprovação e censura morais uma expressão de uma disposição emocional subjacente. Schneewind (2001, p. 399) coloca que "concentrando as nossas simpatias naqueles que são mais diretamente afetados pela pessoa que estamos julgando, conquistamos um ponto fixo que vai permitir que todos se sintam da mesma maneira". Desse modo, julgar algo como moralmente certo ou errado consiste em ter um sentimento que provoca uma sensação, prazerosa ou não, e que incita os indivíduos a tomar um posicionamento perante a ação observada.

> Um juízo permanente de que algo é errado consiste em uma disposição permanente [...], e um juízo ocorrente irá, ordinariamente, conter uma disposição emocional. A emoção serve como um veículo para o conceito de "errado", exatamente da mesma forma que a imagem de um tom específico de cor serve de veículo para o pensamento de que cerejas são vermelhas[6] (Prinz, 2006, p. 34 – minha tradução).

Os sentimentos que motivam o ato de julgar moralmente um comportamento nada mais são do que sensações de prazer e dor particulares. A aprovação ou censura morais está baseada nas sensações que são vivenciadas. Desse modo, virtude ou vício são, simplesmente, um sentimento de satisfação ou não, originado pela contemplação de determinado caráter ou ação. Conforme Hume (2001, p. 511), "não inferimos que um caráter é virtuoso porque nos agrada; ao sentirmos que nos agrada dessa maneira particular, nós de fato sentimos que é virtuoso". O importante aqui é entender que o próprio sentimento constitui o elogio ou a reprovação, uma vez que não nos perguntamos sobre a causa de determinada satisfação ou repulsa antes de senti-las.

4. Conclusão

Juízos morais têm como base sentimentos. A aprovação e censura morais são a expressão de um sentimento de aprovação ou desaprovação perante a ação que alguém tenha realizado.

[6] "A standing judgment that something is wrong consists in the standing disposition […], and an occurrent judgment will ordinarily contain emotional disposition. The emotion serves as the vehicle of the concept "wrong" in much the same way that an image of some specific hue might serve as the vehicle for the thought that cherries are red" (Prinz, 2006, p. 34).

Sentimentos, por sua vez, têm a capacidade de provocar reações de prazer e dor, que fazem com que seja possível distinguir os sentimentos em bons ou ruins e, consequentemente, faz com que se julgue as ações como corretas ou erradas. Dessa forma, os aspectos natural e social do sentimento está no ponto em que ele só adquire força moral quando, possibilitado pela qualidade natural da simpatia, os interesses dos membros de determinado grupo convergem para um lugar comum. Isso faz com que os afetos percam sua característica individualista, transformando uma sensação particular num interesse social, onde o que é bom para um é o que será bom para todos.

Concluo que sentimentos estão intrinsecamente ligados com o modo como seres humanos realizam distinções morais, e não só exercem grande influência nos mesmos, mas são fundamentais para que tais juízos sejam possíveis. Ao menos no que tange às distinções entre bom e ruim que são realizadas ordinariamente, elas estão embasados em certos sentimentos morais que provocam sensações de prazer ou dor.

Referências

AYER, A. J. *Hume*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003.

DARWIN, C. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. Tradução de Leon de Souza Lobo Garcia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2004.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2001.

QUINTON, A. *Hume*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 1999.

SCHNEEWIND, J. B. Hume e a virtude naturalizada. In: SCHNEEWIND, J. B. *A invenção da autonomia*: uma história da filosofia moral moderna. Traduzido por Magda França Lopes. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 389-413.

PRINZ, J. The emotional basis of moral judgments. *Philosophical Explorations*, v. 9, n. 1, p. 29-43, 2006.

SILVEIRA, M. M. e BRITO, A. N. O papel da empatia e das emoções nas distinções morais. *Natureza Humana*, v. 15, n. 2, p. 140-159, 2013.

SMITH, N. K. *The philosophy of David Hume*: a critical study of its origins and central doctrines. London: Macmillan, 2005.

TRACY, J. L.; MATSUMOTO, D. The spontaneous display of pride and shame: evidence for biologically innate nonverbal displays. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 105, n. 33, p. 11655-11660, 2008.

TUGENDHAT, E. Como devemos entender a moral? *Philósophos*, v. 6, n. 1-2, p. 59-84, 2001.

TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. 1.ed. Tradução de Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: Vozes, 1997.

WAAL, F de. *Eu, primata*: por que somos como somos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WESTERMARCK, E. *The origin and development of moral ideas*. 2.ed. Londres: Macmillan, 1908.